

## **Relacionando Educação Financeira e Endividamento Familiar No Brasil: Análise da literatura acadêmico-científica de 2015 a 2024**

Gabriel de Morais Francisco<sup>1</sup>  
João Henriques de Sousa Júnior<sup>2</sup>

**Resumo:** O endividamento familiar no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionado pela facilidade de acesso ao crédito, ausência de planejamento financeiro e falta de uma cultura consolidada de educação financeira. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmico-científica nacional sobre a relação entre educação financeira e endividamento familiar no Brasil no período de 2015 a 2024. Para isso, foi adotada uma abordagem mista, combinando bibliometria e revisão sistemática integrativa, a fim de identificar tendências, lacunas e contribuições das pesquisas existentes. Foram analisados quatro estudos que demonstram que o desconhecimento sobre conceitos básicos de finanças pessoais está diretamente associado ao comprometimento excessivo da renda e à inadimplência. Além disso, verificou-se que a maioria das publicações reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão da educação financeira na formação escolar e na capacitação da população adulta. Ainda, a análise indicou disparidades regionais no nível de endividamento, evidenciando que estados com menor renda *per capita* apresentam maior taxa de inadimplência. O estudo contribui ao fornecer um panorama atualizado da literatura nacional sobre o tema e sugere direções para pesquisas futuras.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira; Endividamento Familiar; Planejamento Financeiro; Inadimplência.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

<sup>2</sup> Doutor em Administração (PPGAdm/UFSC). Professor adjunto do curso de Administração da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. E-mail: joao.junior@ufob.edu.br.

## 1. Introdução

A temática da relação entre o comportamento de consumo e as finanças tem sido pauta de estudos e debates na economia e na administração há décadas. Especificamente no que diz respeito ao Brasil, a implementação do Plano Real e o controle da inflação, em 1994, foram considerados um grande marco para a mudança no estilo de consumo da população brasileira impulsionando os indicadores econômicos e o mercado consumidor no país (Gonçalves, 2021)

Entretanto, com o passar dos anos e as variações na situação política e econômica do país, um grande problema social começou a ser desvelado: a educação financeira. Isto pois, a falta de princípios básicos de gestão do dinheiro e planejamento financeiro na educação básica do Brasil começou a se refletir em altos índices de desorganização e endividamento da população (Silva; Soares, 2018).

Nesse sentido, a educação financeira tem sido um tema crescente nas discussões sobre a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras, especialmente em um contexto de dificuldades econômicas e endividamento crescente. De acordo com pesquisas de mercado realizadas entre os brasileiros (Leahy, 2024; Poder360, 2024), uma parcela significativa da população brasileira enfrenta dificuldades em administrar suas finanças pessoais, o que contribui diretamente para o aumento do endividamento familiar.

Raciunas (2024) aponta que falta aos brasileiros – jovens e adultos – noções básicas de como lidar com as finanças pessoais, como a falta de conhecimento sobre como gerenciar o orçamento, planejar o seu consumo e poupar ou investir para o futuro. Dessa forma, sem o mínimo conhecimento financeiro adequado, a população fica vulnerável às ações de marketing de instituições bancárias e de crédito, estimulando o acesso fácil e, por consequência, o endividamento e a inadimplência do cidadão (Hurtado; Freitas, 2020).

Segundo o mapa de endividamento e renegociação de dívidas do Serasa (2024), cerca de 72,64 milhões de pessoas se encontravam na condição de endividado, sendo que desse total, pessoas com idade entre 41 a 60 anos representam o maior percentual sendo este de 35,1% do total seguido da faixa etária de 26 a 40 anos correspondendo a 34% do total, pessoas acima de 60 anos com percentual correspondente a 19,1% e jovens de 18 a 25 correspondiam a 11,8%.

Sabe-se que o endividamento tem implicações profundas na saúde financeira dos indivíduos e de suas famílias, influenciando no bem-estar emocional e até mesmo nas relações familiares (Souza, 2019). Nesse cenário, a educação financeira surge como uma possível solução para mitigar os efeitos negativos desse endividamento. No entanto, embora existam iniciativas e programas sociais de educação financeira por parte do governo federal, à exemplo da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) (Brasil, 2025), ainda faltam maiores incentivos e possibilidade acesso ao conhecimento para grande parte da população.

Nesse sentido, identificando que os temas de educação financeira e endividamento familiar têm sido determinantes para a compreensão de comportamentos de consumo e finanças no Brasil, o presente estudo propõe-se a apresentar um panorama da literatura acadêmico-científica brasileira que estabeleça a relação entre essas temáticas no país, com a finalidade de contribuir para o avanço da discussão sobre a importância da educação para a liberdade individual e coletiva, bem como elucidar a forma como esses temas têm sido tratados, oferecendo possibilidades de estudos futuros para os pesquisadores e acadêmicos interessados na área.

A relevância deste estudo se dá pelos baixos níveis de conhecimento da população brasileira acerca de termos e temas relacionado à educação financeira e às finanças pessoais e familiares, bem como pela crescente preocupação com o endividamento familiar no Brasil, especialmente em um contexto de vulnerabilidade econômica e falta de educação financeira formal.

Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em novembro de 2024, 77% das famílias brasileiras encontrava-se endividada, o que representava um aumento no uso de crédito por essas famílias para realizarem suas compras típicas de final de ano (Poder360, 2024). Esse percentual revela um quantitativo superior ao ano anterior e coloca à luz uma discussão importante sobre as ações que se podem ser pensadas e realizadas para promover um aumento no nível de educação financeira e, por consequência, uma diminuição no número de endividamento da população.

O endividamento excessivo tem causado impactos negativos não apenas nas finanças pessoais, mas também na saúde emocional e na qualidade de vida das famílias brasileiras (Souza, 2019; Leahy, 2024). Assim, ao realizar um mapeamento da literatura acadêmica e científica, este trabalho pretende elucidar analisar as contribuições acadêmicas, identificar lacunas no conhecimento atual e contribuir para o avanço da discussão sobre essa relação entre pesquisadores interessados na área.

## **2. Fundamentação teórica**

### *2.1. Educação financeira*

A educação financeira é definida como uma junção de conhecimentos e capacidades que auxiliam na tomada de decisões inteligentes a respeito de temas como: dinheiro, operações e consumo, dessa forma, ela constitui um meio básico e eficaz para se ter a qualidade de vida em um sistema econômico capitalista (Ferreira, 2017). Não obstante, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2025), também contribui para a compreensão do termo, apresentando a seguinte conceituação:

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

Nesse sentido, Contani e Abreu (2021) compreendem a educação financeira como um meio que proporciona às pessoas o entendimento de produtos financeiros e da importância dos mesmos para que, com essa compreensão, as pessoas possam fazer boas escolhas diante das suas necessidades.

Segundo o Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro (SANTOS, 2009), se, por um lado, a educação financeira auxilia as pessoas em tomadas de decisões mais conscientes sobre o seu capital, por outro lado fica nítido que a falta de conhecimento financeiro básico expõe o consumidor a ações de má fé e vulnerabilidade.

Portanto, para uma parcela da sociedade a instrução financeira se torna um meio de preparação para os desafios enfrentados pelas pessoas na complexidade encontrada atualmente no que tange a questão financeira.

Os estímulos do marketing à criação de desejos e ao consumismo explica, em partes, o motivo do alto número de endividados na sociedade atual. Nesse contexto, Hurtado e Freitas (2020) esclarecem que a necessidade da educação financeira se deve pelos problemas rotineiros que a sociedade enfrenta, caracterizado pelo surgimento de dívidas dos cidadãos que são ocasionadas pelo apelo em consumir.

Outrossim, a educação financeira se torna uma pauta que deve ir além do ambiente escolar, devendo também ser parte do meio familiar pelo fato de estar presente na vida da maioria das pessoas, pois quanto mais cedo for trabalhada a relação com o dinheiro e o conhecimento dos termos básicos de finanças, maior será o entendimento das pessoas e a consciência da importância das finanças em seu dia a dia (Contani; Abreu, 2021).

Savoia, Saito e Santana (2007) apontam que a educação financeira se tornou uma inquietação em inúmeros países, no entanto os autores evidenciam que no Brasil as autoridades não desempenham o papel de educar a população para a tomada de decisões financeiras existindo poucas empresas e bancos que provém práticas para nortear seus clientes sobre seus produtos. Ainda com base nos autores, a educação financeira no Brasil ainda se encontra em fase de incrementação se comparado a outros países como Estados Unidos e Reino Unido, sendo, então, necessária pois influencia diretamente as decisões financeiras das famílias.

Quando analisado especificamente o contexto brasileiro, Silva e Soares (2018) indicam que a educação básica do Brasil se torna falha ao não incluir princípios da gestão do dinheiro em sua estrutura curricular, por entenderem que é fundamental que as escolas forneçam esse item aos seus alunos para que eles cheguem à vida adulta sabendo organizar e controlar suas economias, o que lhe garantirá uma melhor qualidade de vida.

Ainda, Cordeiro, Costa e Silva (2018) ressaltam que a educação financeira tem se tornado um tópico fundamental onde se faz necessário proporcionar aos estudantes uma boa orientação sobre como lidar com dinheiro, tendo como objetivo formar uma geração mais responsável e consciente. Segundo os autores, ela ainda é um tema novo no Brasil e, de maneira, tímida vem oferecendo benefícios para o currículo escolar nacional.

Mais além, Ferreira e Castro (2020) indicam que a educação financeira, quando aplicada apenas no ensino superior, não alcança a eficácia desejada, pois a mesma teria mais impacto na percepção dos estudantes se fosse implementada desde a infância e integrada à cultura da população brasileira. Os autores destacam que se torna perceptível que os alunos têm dificuldades em lidar com suas finanças pessoais, visto que a faculdade é considerada uma forma de apoio importante enquanto a escola não tem tanta relevância como fonte de conhecimento financeiro devido a carência de disciplinas que auxiliem no desenvolvimento financeiro dos jovens e adultos.

Também é consenso, ao se falar de finanças, que é comum acreditar que quanto maior o nível de escolaridade maior a possibilidade de as pessoas realizarem seu planejamento pessoal e conquistarem sua independência financeira. No entanto, isso não é regra, pois existem pessoas com alto grau de escolaridade que estão endividadas, e, com isso, surge a importância de as pessoas buscarem informações sobre o assunto para que no futuro não percam o controle de suas finanças pessoais.

## 2.2. *Endividamento familiar*

O endividamento é a situação onde há a existência de valores em aberto e parcelas sem pagamento nas mais diversas formas de crédito, como: empréstimos, boletos, cartão de crédito, financiamentos, entre outros. Nesse sentido, mesmo que ainda estejam dentro do prazo, mas o cidadão já fez uso do acesso e consumiu o crédito liberado, todas essas são consideradas como dívidas pois se caracterizam como um saldo futuro a ser liquidado (SPC, 2024).

Para Gonçalves (2021), o endividamento é a ação onde o indivíduo antecipa certa quantia passando a ter compromissos financeiros para pagamento futuro, e pode ocorrer de diferentes maneiras em modalidades como: cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, entre outros. Assim, ainda conforme o autor, mesmo que o crédito pessoal seja importante para aquecer, fomentar e impulsionar a atividade econômica, seja ela local ou não, o mesmo deve ser concedido e analisado sob a perspectiva da inadimplência, pois o fácil acesso a produtos financeiros junto com a falta de planejamento e a educação financeira deficitária brasileira se torna uma combinação de fatores que pode levar as pessoas ao endividamento e que, em alguns casos, pode ser irreversível.

Nesse sentido, segundo o estudo realizado por Vidal e Haury (2023), as principais causas do endividamento são a falta de educação financeira, o consumo excessivo e a vulnerabilidade das famílias. Essa compreensão já permeava a discussão literária científica, visto que, para Messias, Silva e Silva (2015), o consumismo se torna um traço peculiar da sociedade atual que acarreta impactos preocupantes sobre o ambiente construído onde a sociedade cria o ‘mito do consumo’ como sinônimo de bem-estar, tornando-se uma meta urgente na civilização. Dessa forma, as pessoas não planejam suas ações (consumo), não preveem os problemas (dívidas) agindo apenas sob pressão e quando os problemas chegam tem dificuldades para lidar com esses (endividamento). Ainda segundo os mesmos autores, sob a visão dos consumidores, adotar o consumo adequado com as necessidades pessoais pouparia o desgaste da vida dos cidadãos, além de torná-la mais tranquila.

Bortoluzzi, Boligon e Hollveg (2015), indicam que o aumento do crédito concedido juntamente com a ascensão da Classe C, desde 2003, proporcionou às pessoas a falsa ilusão de que a melhoria social era mediada pelo crédito, sem explicitar, de fato, que esse amplo acesso ao crédito poderia ocasionar, na verdade, o endividamento, já que os usuários teriam que destinar seus recursos para pagar as novas dívidas que irão surgir. Essa ideia foi complementada anos depois quando Cantani, Abreu e Reis (2021) elucidaram também o destaque da mídia na promoção da ideia do acesso ao crédito e da melhoria social, desconsiderando as informações necessárias na questão do endividamento.

De acordo com o estudo realizado por Donadio, Campanario e Rangel (2012), a facilidade que a população brasileira tem de acessar várias formas de crédito aliada a falta de educação financeira se torna uma grande preocupação, pelo fato de que, apenas o cartão de crédito, por si só, induz ao consumo em maiores quantidades, e a dificuldade em entender as consequências do seu uso gera a longo prazo o endividamento pessoal.

Segundo Ribeiro e Lara (2016), o endividamento da classe trabalhadora no Brasil, durante os anos 2000, tem grande relação com a dinâmica financeira inserida no país em 1990, onde a liberação financeira desse período deu impulso para que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) possibilitasse a criação e a ampliação de diversos produtos que começaram a ser

distribuídos e oferecido a classe trabalhadora que até o momento não tinha o acesso a esse tipo de crédito.

Já a partir de 2010, conforme Andrade Junior (2022), com o surgimento das *fintechs* no Brasil, cujo objetivo era propor soluções financeiras e desburocratizar operações oferecendo contas digitais e facilitando transações e a aquisição de crédito, essas empresas não apenas proporcionaram maior participação e vantagens aos consumidores, mas também representaram, para alguns, a primeira forma de acesso ao sistema financeiro e ao crédito, promovendo assim a inclusão ampla da população ao acesso de produtos financeiros.

Contudo, ainda de acordo com Andrade Junior (2022), a expansão do crédito por parte das *fintechs*, por vezes sem fazer o uso de critérios socioeconômicos como análise do risco de crédito, além da falta de educação financeira para utilização dessas modalidades de produto financeiro, tem uma grande contribuição para o aumento das taxas de endividamento da população brasileira.

Dados da PEIC em abril de 2024 demonstram que a porcentagem de famílias que tinham dívidas a vencer era de 78,5%, sendo notório que as famílias com menor renda (até 3 salários mínimos) foram os impulsionadores para o aumento no quantitativo de pessoas endividadas. Em relação à modalidade mais utilizada, destaca-se o uso do cartão de crédito, que foi utilizado por 87,1% do total dos devedores e representava um aumento de 0,3% por pessoa se comparado ao mesmo período de 2023.

Diante de tudo o que foi apresentado, fica evidente que os autores que tratam sobre educação financeira estabelecem uma relação direta dela com o endividamento familiar e vice-versa. Assim, ciente dessa compreensão, para fins de conseguir realizar o mapeamento proposto neste estudo, o próximo capítulo trata da metodologia utilizada.

### **3. Método de pesquisa**

Este estudo apresenta como de caráter descritivo e abordagem mista, isto é, utilizando método quantitativo e qualitativo. Para esta abordagem, optou-se pela escolha das estratégias de bibliometria e de revisão sistemática integrativa com o intuito de identificar as tendências da produção e fazer as análises dos estudos mais relevantes (Lazzaroti, Dalfovo & Hoffman, 2011).

A técnica de bibliometria faz parte da abordagem quantitativa, ao apresentar “a observação do estado da ciência e tecnologia por meio de toda a produção científica registrada em um repositório de dados” (Soares *et al.*, 2016, p. 177). E, na abordagem qualitativa, a utilização da revisão sistemática integrativa permite a combinação de dados de literaturas distintas, de modo a possibilitar que o estudo apresente a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica de trabalhos incluídos de um tópico particular (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

Para tanto, a pesquisa foi realizada em três etapas: 1) Buscas nas bases de dados Scielo, Google Scholar, Periódicos CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações, utilizando as palavras-chave como "educação financeira" e "endividamento familiar", tendo sido utilizados como critérios de inclusão os estudos publicados entre 2010 e 2024, em português, com as palavras-chave no título; 2) Seleção dos estudos com base em critérios rigorosos de relevância, qualidade metodológica e contribuição para o tema, sendo considerados artigos científicos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa; 3) Análise dos dados de forma descritiva e qualitativa, utilizando a técnica de categorização para agrupar os estudos de acordo com suas abordagens, resultados e contribuições.

A análise, por sua vez, foi feita em duas etapas. No tocante ao método quantitativo, baseado em Machado Junior *et al.* (2016), este estudo distribuiu como categorias para a análise bibliométrica: os tipos, quantidades de trabalhos e os autores (quantidade, instituições de ensino vinculadas, co-citações) – Lei de Lortka; os periódicos/eventos (publicações por ano, idiomas, países) – Lei de Brandfort; e, as palavras-chave e termos mais utilizados – Lei de Zipf. Já na revisão sistemática integrativa, as categorias analíticas foram: objetivo(s) do trabalho, métodos utilizados (com ênfase nas estratégias de análise e técnica de coleta dos dados) e os principais resultados obtidos.

As escolhas metodológicas adotadas visam proporcionar uma visão mais aprofundada e atualizada sobre a relação entre a educação financeira e o endividamento familiar no contexto brasileiro, contribuindo para uma maior compreensão da temática e buscando um melhor entendimento das práticas financeiras existentes, propondo soluções para melhorar a situação da educação e do endividamento das famílias brasileiras.

#### **4. Resultados e Discussão**

O levantamento realizado para este estudo ocorreu durante o mês de fevereiro de 2025, compreendendo neste período a busca e a coleta dos dados aqui analisados. Foram utilizadas quatro bases de dados que indexam publicações acadêmicas e científicas nacionais, a saber: Scielo, Google Scholar, Periódicos Capes e Banco de Teses e Dissertações da Capes. Todas as bases utilizadas possuem relevância como fontes de estudos bibliométricos e possuem, em sua base, publicações de diversas áreas do conhecimento científico de todo o mundo.

Em todas as bases foram utilizadas a combinação ‘AND’ ou ‘E’ das palavras-chave “Educação Financeira” e “Endividamento Familiar”. Na Scielo não apareceu nenhum resultado, no Google Scholar apareceram 433 resultados, o Periódicos Capes apresentou um resultado, e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes trouxe três resultados para a busca inicial. Nas bases de dados Periódicos Capes e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, os resultados já compreendiam todos os critérios de inclusão para este estudo.

No Google Scholar foram necessárias as aplicações de filtros para encontrar, especificamente, os trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão deste estudo. Assim, aplicou-se primeiramente o filtro do recorte temporal (de 2015 a 2024), com isso o número total de resultados baixou de 433 para 387. Posteriormente, quando incluído o filtro do idioma Português, restaram 377 publicações. Ao ser selecionado o filtro de ‘texto completo’, excluindo-se as citações, sobraram 339 resultados. Por fim, quando delimitado para que as palavras-chave aparecessem no título, sobraram apenas dois trabalhos.

Sendo assim, totalizando os resultados de todas as bases, obteve-se conforme a tabela 01 um total de quatro publicações. Entretanto, um dos textos apresentados como resultado no Google Scholar era o mesmo apresentado como resultado no Periódicos Capes. Além deste, outro trabalho não se encaixava no contexto deste estudo. Dessa forma, feitas as exclusões, pelos motivos supracitados, restou uma amostra de quatro publicações ao total. Tais textos foram, então, lidos na íntegra, e analisado quantitativa e qualitativamente, conforme apresentam-se nos tópicos seguintes.

#### 4.1. Análise Quantitativa

Como apontado anteriormente, os refinamentos utilizados pela técnica de bibliometria apontaram em um total de quatro trabalhos. De forma geral, constatou-se que tais trabalhos foram escritos por sete autores vinculados a quatro instituições de ensino de três estados diferentes do Brasil, sendo estes trabalhos: um artigo, um trabalho de conclusão de curso, e duas dissertações, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1. Resultados Quantitativos Gerais

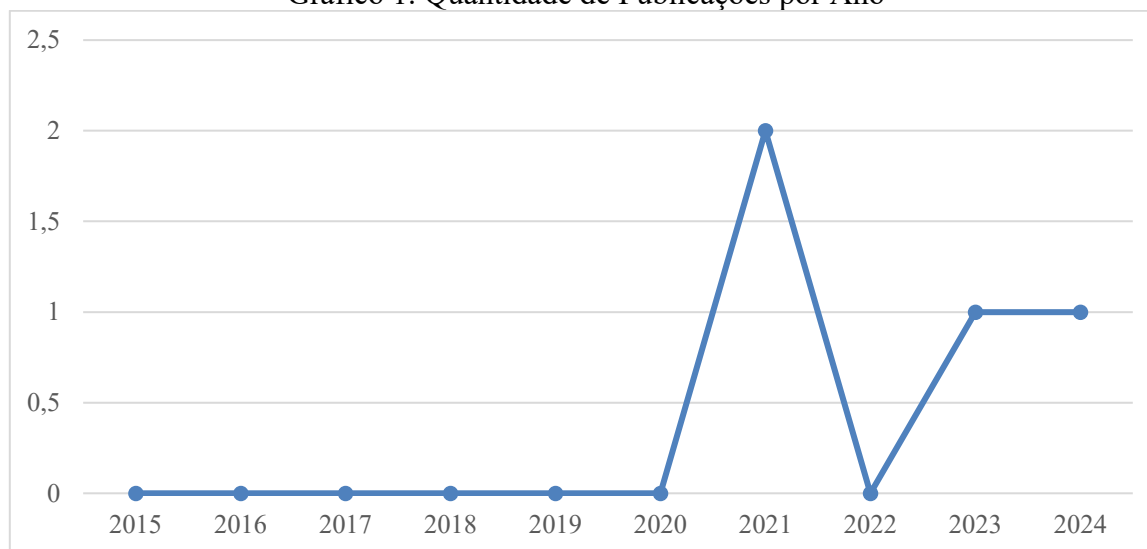
<b>Informações bibliométricas</b>	<b>Quantidade</b>
Artigos	1
Monografias	1
Dissertações	2
Teses	0
Autores	7
Periódicos/Eventos	1
Estados brasileiros	3
Instituições	4

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

É importante destacar que dos sete autores, cinco são do gênero feminino e apenas dois são do sexo masculino, o que representa um interesse maior das mulheres por realizarem pesquisas que estabelecem essa relação entre a educação financeira e o endividamento familiar. Em relação às titulações dos autores, observou-se: dois doutorados, três mestrados e dois bacharelados. Os doutorados são de duas autoras do sexo feminino, os mestrados são de um autor e uma autora, e os bacharelados também são um de cada gênero.

Outro ponto interessante de ser analisado diz respeito à quantidade de publicações por ano, já que o recorte temporal para este trabalho foram os últimos dez anos (de 2015 a 2024). Percebeu-se que as duas publicações mais antigas, dentro deste período, foram em 2021, posteriormente aparecendo mais uma em 2023 e, finalmente, a última em 2024, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade de Publicações por Ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 2 apresenta um resumo em relação aos dados do número de publicações por estados e instituições de ensino.

Tabela 2. Instituições e Quantidade de Estudos

Instituições de Ensino	Estado	Número de Autores	Número de Trabalhos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PR	4	1
Universidade Federal do Ceará	CE	1	1
Faculdade Dinâmica Vale do Piranga	MG	1	1
Universidade Federal de Alfenas	MG	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quando analisados os autores, nenhum deles se repetiu entre os trabalhos, isto é, cada autoria só apareceu uma vez dentro da amostra de estudos aqui analisada. Os trabalhos, apesar de trazerem as mesmas palavras-chave, tratam de estudos com finalidades diferentes. Nesse sentido, a fim de compreender de forma visual os tópicos abordados por eles, foi construída uma nuvem de palavras, apresentada na Figura 1, a partir dos títulos e resumos de cada um dos quatro trabalhos que compõem a amostra deste estudo.

A nuvem de palavras é uma representação visual de dados textuais em que as palavras ou frases mais utilizadas são categorizadas e apresentadas em variados tamanhos, a depender da quantidade de vezes em que é repetida nos textos, ajudando a identificar rapidamente os termos mais importantes e relevantes (WordCloud, 2025).

Para a criação desta nuvem de palavras, utilizou-se a plataforma gratuita WordCloud, sendo colocados todos os títulos e resumos dos trabalhos analisados, resultando em 8.378 (oito mil, trezentas e setenta e oito) palavras.



Já o segundo trabalho, intitulado “Educação Financeira: uma estratégia contra o endividamento”, de Dias (2021), analisa a relação entre a falta de planejamento financeiro e o crescente endividamento das famílias brasileiras, destacando que esse fenômeno resulta na não realização de objetivos pessoais e na insatisfação. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic/CNC), revela que o índice de famílias endividadas cresceu de 59,1% em 2010 para 66,5% em 2020, sendo a falta de conhecimento financeiro um dos principais fatores que levam ao endividamento excessivo.

Dias (2021) aponta, também, para a necessidade de ampliação da educação financeira desde a infância, enfatizando que, apesar da existência da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), há pouca efetividade na aplicação prática do tema. E, como sugestão para estudos futuros, propõe a avaliação do impacto da inclusão formal da educação financeira no currículo escolar e analisar a influência das políticas públicas na redução do endividamento familiar.

O terceiro trabalho consiste na dissertação de Carmo (2023), sob o tema “Finanças Pessoais, Crédito Consignado e Qualidade de Vida: um estudo sobre a situação dos servidores Técnico-Administrativos de uma IFES”. A autora, ao analisar a relação entre educação financeira e endividamento no contexto dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG, indica que, embora os servidores apresentem um nível razoável de educação financeira e um comportamento relativamente controlado em relação ao consumo, muitos ainda possuem parte significativa da renda comprometida com crédito consignado, sendo necessário um aprofundamento nos impactos psicológicos do endividamento e na efetividade de programas institucionais de educação financeira. Como sugestão para estudos futuros, Carmo (2023) aponta para a análise de intervenções voltadas para o planejamento financeiro dos servidores, bem como o monitoramento a longo prazo dos efeitos da educação financeira na redução do endividamento e na melhoria da qualidade de vida.

Por fim, o último trabalho trata-se do artigo intitulado “Relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar em Estados do Brasil”, de Gehlen et al. (2024), o qual analisa como a educação financeira influencia o endividamento familiar nas capitais brasileiras. Neste trabalho, as autoras utilizam um modelo econométrico de Regressão com Dados em Painel para estimar a relação de longo prazo entre variáveis ao longo de nove anos, combinando dados de diferentes unidades federativas. As variáveis analisadas incluem renda per capita, densidade demográfica, PIB per capita, índice Gini, porcentagem de pessoas com ensino superior, percentual de inadimplência por Estado e iniciativas de educação financeira.

Os principais resultados encontrados por Gehlen et al. (2024) indicam que o aumento no número de pessoas com ensino superior está associado a mais iniciativas de educação financeira. Além disso, observa-se uma relação significativa entre a taxa de inadimplência e a renda per capita nos estados: nas regiões Norte e Nordeste, a taxa de inadimplência é maior que a renda per capita, enquanto nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a renda per capita supera a taxa de inadimplência. As autoras destacam, também, a importância de implementar mais iniciativas governamentais e acadêmicas para promover a educação financeira no país e mitigar disparidades regionais, visando interromper o ciclo de endividamento e estabelecer padrões financeiros saudáveis para as futuras gerações.

As lacunas identificadas incluem a necessidade de considerar variáveis contextuais, como aspectos culturais, históricos ou psicológicos, que podem influenciar a relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar. Como sugestão para estudos futuros, as

autoras propõem investigar a interferência dessas variáveis contextuais para oferecer informações significativas sobre os fatores que influenciam o comportamento financeiro e o endividamento familiar em diversas realidades socioeconômicas.

## 6. Conclusões

Este estudo teve o objetivo de mapear e analisar as produções científicas e acadêmicas nacionais sobre a relação entre a educação financeira e o endividamento familiar no Brasil na última década (2015 a 2024), e logrou-se êxito, uma vez que as análises quantitativas e qualitativas realizadas conseguiram apresentar um panorama geral das publicações sobre essa relação nos últimos dez anos.

No tocante aos números, identificou-se quatro estudos que estabeleciam essa relação entre educação financeira e endividamento familiar no Brasil, dentro dos critérios de inclusão propostos por este trabalho. Desses quatro estudos, um foi artigo científico, outro era uma monografia e os outros dois foram dissertações. Os trabalhos foram escritos, em sua maioria, por autoras/pesquisadoras, de instituições diferentes, mas com maioria de autorias (4) advinda do estado do Paraná, especificamente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UniOeste), enquanto que a maioria das publicações (2) foi advinda do estado de Minas Gerais.

Já quando analisados qualitativamente, os trabalhos apresentaram convergência na temática do impacto da educação financeira sobre o endividamento familiar, enfatizando que a falta de conhecimento financeiro contribui para o comprometimento excessivo da renda e a inadimplência. Metodologicamente, observou-se uma predominância do uso de análises quantitativas, por meio de questionários aplicados a diferentes grupos da população, como servidores públicos e famílias de distintas faixas de renda. Alguns estudos fizeram uso de modelagens estatísticas, como regressão linear múltipla e dados em painel, para identificar correlações entre variáveis como renda, nível de instrução e endividamento. E, um ponto em comum entre alguns trabalhos foi a discussão acerca da relevância da educação financeira desde a juventude, bem como a necessidade de políticas públicas efetivas para mitigar o problema do endividamento no Brasil.

Por fim, ao se pensar no avanço do conhecimento científico, identificou-se, dentre os estudos analisados, diversas sugestões para pesquisas futuras. Dentre elas, destacam-se como indicações para estudos futuros:

- A necessidade de avaliar o impacto da inclusão formal da educação financeira no currículo escolar e seu efeito no comportamento financeiro das novas gerações;
- A análise de intervenções voltadas ao planejamento financeiro de servidores públicos e trabalhadores em geral, considerando a influência do crédito consignado na gestão da renda familiar.
- A necessidade de investigações longitudinais que examinem o efeito de políticas públicas de educação financeira na redução do endividamento.
- O aprofundamento da relação entre nível de conhecimento financeiro, renda e taxa de inadimplência em diferentes regiões do Brasil, com enfoque nas disparidades socioeconômicas e no papel das iniciativas governamentais e acadêmicas nesse contexto.

Como toda pesquisa científica, esta também apresenta limitações, sendo a principal relacionada às escolhas metodológicas, especialmente quando pensada na restrição à literatura científica brasileira, o que pode reduziu consideravelmente a abrangência dos resultados. Além disso, a pesquisa se concentrou em estudos publicados nos últimos 10 anos, o que pode não ter

abrangido todas as iniciativas e abordagens relacionadas à educação financeira e sua relação com o endividamento familiar no Brasil. Entretanto, para além das limitações supracitadas, entende-se que o trabalho conseguiu coletar dados relevantes, cumpriu com os objetivos propostos e apresentou um direcionamento interessante para a agenda de pesquisa de profissionais e acadêmicos interessados na área.

## Referências

- ANDRADE JUNIOR, J. **Relação entre a facilidade de crédito impulsionado pelas fintechs e o superendividamento de pessoas físicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BORTOLUZZI, D. A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, 2015.
- BRASIL. **Conheça ações do MEC para promover a educação financeira**. Ministério da Educação – MEC, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/conheca-acoes-do-mec-para-promover-a-educacao-financeira>>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CARMO, A. A. C. **Finanças Pessoais, Crédito Consignado e Qualidade de Vida: um estudo sobre a situação dos servidores técnico-administrativos de uma IFES**. Dissertação – Mestrado em Administração Pública, Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2023.
- CONTANI, E. A. R.; ABREU, M. E. S.; REIS, L. G. Influência do nível de conhecimento financeiro sobre o planejamento e endividamento pessoal. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 9, n. 1, 2021.
- CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, 2018.
- DIAS, H. T. C.; **Educação Financeira: uma estratégia contra o endividamento**. Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga, Minas Gerais, 2021.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL, A. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing – REMark**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2012.
- FERREIRA, J. B.; CASTRO, I. M. Educação Financeira: Nível de conhecimentos dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.12, n 1, 2020.
- GEHLEN, L. K.; BACH, T. M.; SEEFELD, V.; WALTER, S. A. Relação entre Educação Financeira e Endividamento Familiar em Estados do Brasil. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 28, n. 48, 2024.
- GONÇALVES, G. C. **Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos**. (Dissertação – Mestrado em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, 2021.
- HURTADO, A. P. G; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, 2020.

- LAZZAROTTI, F.; DALFOVO, M. S.; HOFFMANN, V. E. A bibliometric study of innovation based on Schumpeter. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 6, n. 4, 2011.
- LEAHY, V. **8 em cada 10 brasileiros estão endividados**. ECODEBATE, 2024. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2023/05/08/8-em-cada-10-brasileiros-estao-endividados/>>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- MACHADO JUNIOR, C.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. S.; PALMISANO, A. As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 44, 2016.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidência na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 17, n. 4, 2008.
- MESSIAS, J. F.; SILVA, J. U.; SILVA, P. H. C. Marketing, Crédito & Consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), v. 4, n. 1, 2015.
- MICHELIN, T. **Endividamento Familiar e Educação Financeira**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- OCDE. **Recommendation of the Council on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Paris: ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), 2025. Disponível em: <<http://legalinstruments.oecd.org>>. Acesso em: 02 jan. 2025.
- PEIC. **Relatório da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Abril de 2024. Brasília: PEIC, 2024. Disponível em: [https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/05/Relatorio\\_Peic\\_abr24.pdf](https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/05/Relatorio_Peic_abr24.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.
- PODER360. **Endividamento atinge 77% das famílias brasileiras em 2024**. Poder Economia, 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-economia/endividamento-atinge-77-das-familias-brasileiras-em-2024/>>. Acesso em: 14 fev.2025.
- RACIUNAS, C. **45% dos brasileiros de 15 anos têm baixo desempenho na alfabetização financeira, diz OCDE**. CNN, 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/45-dos-brasileiros-de-15-anos-tem-baixo-desempenho-na-alfabetizacao-financeira-diz-ocde/>>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, 2016.
- SANTOS, L. R. **Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro: Educação financeira na agenda da responsabilidade social empresarial**. Banco Central do Brasil. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200512.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, 2007.
- SILVA, C. G.; SOARES, T. F. **Finanças Pessoais: uma análise das decisões financeiras dos alunos do ensino médio de uma escola pública de Pernambuco**. Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2018.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; CALMON, J. L.; CASTRO, L. O. C. O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, v. 16, n. 1, 2016.

SOUZA, G. S. **Endividamento**: buscando as motivações comportamentais e os impactos na saúde. (Dissertação – Mestrado em Administração) Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SERASA. **Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas do Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SPC. **Endividamento**: saiba como transformar a sua realidade financeira. SPC Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/blog/endividamento>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VIDAL, N.; HAUY, R. V. O endividamento sob a ótica do mercado de crédito. **Revista Novos Olhares Sociais**, UFRB, v. 6, n. 1, p. 5-33, 2023.

WORDCLOUD. **Gerador de nuvem de palavras**. 2025. Disponível em: <<https://wordcloud.online/pt>>. Acesso em: 14 fev. 2025.